

Brasileiro quer sair do vermelho em 2013, após crédito farto

Autor(es): Por Karin Sato e Sérgio Tauhata | De São Paulo

Valor Econômico - 27/12/2012

A consultora de TI Regina Okamoto, 51 anos, tomou sozinha um financiamento imobiliário em 2009 pelo prazo mais longo possível, de 30 anos. O que ela não imaginava é que o orçamento da família ficaria "tão apertado", explica. Em pouco tempo, Regina contraiu duas novas dívidas, de R\$ 8 mil em um banco e de R\$ 3 mil em outro. Para pagá-las, por sua vez, teve de tomar um empréstimo consignado e cortar gastos com viagens e programas de lazer.

Nos últimos anos, o que se viu foi uma corrida por crédito patrocinada pelo próprio governo, que tem tentado estimular o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) via consumo, em detrimento da poupança. Um dos instrumentos utilizados para tal foram os bancos públicos. Quem não viu a apresentadora Regina Casé em propagandas da Caixa Econômica Federal mostrando como os juros mais baixos têm ajudado os clientes do banco? Porém, essa estratégia já mostrou em 2012 sinais claros de desgaste e casos como o de Regina Okamoto surgem em todo o país, de maneira que organizar as contas e sair do vermelho é uma promessa para 2013 de muitos brasileiros.

Regina Okamoto e sua família fizeram a lição de casa. Sua filha de 17 anos transferiu-se de uma escola particular para uma pública, deixou a escola de balé e cancelou um curso de idiomas, o que ajudou a família. "Fiz o correto de comprar o imóvel, mas não calculei todos os gastos. Tenho uma despesa mensal fixa de R\$ 4,5 mil, sem considerar R\$ 1,7 mil da prestação do financiamento imobiliário", explica. A consultora de TI lembra que seu filho de 21 anos faz faculdade no interior, o que resulta em custos adicionais de moradia e alimentação.

Para especialistas em finanças, a dificuldade dos brasileiros em lidar com o crédito é fruto dos anos de inflação e do baixo acesso a produtos financeiros. Além disso, em termos culturais, trata-se de um povo pouco previdente.

Para 2013, o Banco Central projeta um avanço de 14% no estoque de operações de crédito. Isso significa que as pessoas devem seguir tomando empréstimos. Porém, antes de contrair uma dívida, é essencial que o consumidor pese as consequências, para evitar os erros cometidos nos anos anteriores. "As pessoas não estavam preparadas para o nível de oferta de crédito visto nos últimos anos. Além disso, o consumo da nova classe média foi favorecido também pelo câmbio, que estimulou a entrada de importados", explica Paulo Bittencourt, diretor-técnico da Apogeo Investimentos.

As finanças comportamentais também explicam essa dificuldade em lidar com empréstimos. Vera Rita de Mello Ferreira, doutora em psicologia econômica e autora dos primeiros livros sobre o assunto publicados no Brasil, afirma que as pessoas têm dificuldade de adiar aquilo que gratifica seus impulsos. "Elas estão sempre em busca de um alívio para a sensação de que falta algo, embora não saibam o que é, e ainda caem na cilada de somente analisar o valor e o número de parcelas, deixando os juros de lado", afirma.

O endividamento das famílias em relação à renda acumulada dos últimos 12 meses cresce continuamente. Em dezembro de 2009, era de 35,41%; em dezembro de 2010, 39,16%; e em igual mês de 2011, 42,23%, segundo dados do BC. Já o último resultado, referente a setembro deste ano,

apontava para 44,39%.

Sem considerar o crédito habitacional, o endividamento no último mês de 2009 era de 28,84%, em dezembro de 2010, de 30,39%, e no último mês de 2011, de 30,92%. Em setembro último, por sua vez, esse percentual era de 31,01%. Além disso, nos últimos nove anos, o consumo das famílias cresceu em torno de 5% ao ano.

O economista Eduardo Giannetti, autor de "O Valor do Amanhã", durante uma palestra na cerimônia de entrega do Prêmio Itaú Finanças Sustentáveis, provocou o público presente ao fazer algumas perguntas: "O que seria mais fácil do que poupar um dinheiro que você ainda não ganhou?" e "O que é mais provável do que o acontecimento de fatos improváveis?".

"As pessoas estão tendo acesso a itens que nunca tiveram e estão consumindo muito", afirmou Giannetti. "A nova classe média está deslumbrada com as possibilidades de consumo, mas precisa se dar conta de que a vida não é apenas o crediário. Com os juros mais baixos [o que implica rendimento menor dos investimentos em renda fixa], é preciso notar a importância de começar a poupar mais cedo para se sustentar na aposentadoria."

O crédito às pessoas físicas com recursos livres correspondia a 16,2% do PIB em setembro, percentual ainda baixo na comparação com países desenvolvidos e que não representa um risco à economia do país. Isso não significa, porém, que não exista um risco para os indivíduos. A profissional de relações públicas M.G., que preferiu não se identificar, relata que seus problemas financeiros começaram depois que adquiriu um imóvel.

"O custo de vida em Manaus é alto. Ficamos sem recursos naquela época e caímos no cheque especial. Ao cair no cheque especial, a situação se tornou desesperadora", diz. "Apesar dos sacrifícios que fizemos pelo imóvel, tivemos de vendê-lo para pagar as dívidas. Chegamos ao ponto de passar seis meses sem pagar o condomínio e fiquei devendo para a escola do meu filho. Todo o dinheiro que entrava, a dívida no cheque especial comia."

M.G. diz que a experiência levou a uma mudança na forma de enxergar o consumo. "Não compro mais por impulso. Não adianta estar com a melhor bolsa ou o sapato mais bonito. No final das contas, ter dinheiro, mesmo que seja uma pequena reserva, faz muita diferença", diz.

Há outro risco, o da aposentadoria da população. Segundo Giannetti, o futuro do país está nas mãos da nova classe média. Isso porque o número de nascimento está em declínio, enquanto a expectativa de vida aumenta. "A nossa pirâmide etária está virando um cogumelo. Hoje ainda há muitas pessoas no ápice da produção, aptas a gerar renda, porém isso está se invertendo", afirma, ao explicar que desse fato advém a necessidade de a classe média abandonar o período de fascinação por itens de consumo antes inacessíveis, em benefício da poupança futura. "Se não capitalizarmos o Brasil, não conseguiremos gerar um nível mínimo de conforto futuramente", afirmou.